

## 2

# População de rua e pobreza: conceitos e interseções históricas

### 2.1

#### Mendigo, vagabundo e andarilho: figuras de rua

A imagem do morador de rua como alguém simplesmente inapto ao convívio social sempre se apresentou baseada em valores morais. O discurso sobre este segmento social demonstrou ser persuasivo e convincente para endossar julgamentos e práticas discriminatórias.

O mendigo, em termos históricos, está inserido no contexto da pobreza. Diversos estudos apresentam a pobreza como objeto passível de uma grande variação semântica e histórica. Dois momentos históricos, porém, marcam uma profunda mudança em termos conceituais e de representação da pobreza: o período medieval e o período da revolução industrial.

Dentre vários estudos publicados em diversas áreas de conhecimento, dois importantes autores se destacam no estudo dos pobres e da pobreza na era medieval na Europa: Michel Mollat (1989) e Bronislaw Geremek (1995).

Michel Mollat (1989) opta, em sua análise, por uma abordagem do pobre e da pobreza a partir da submissão a um conjunto de infortúnios.

O pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciências, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidades pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem. Mollat (1989, p. 5)

A difícil articulação entre um único conceito e as situações vividas pela condição de pobreza expressam a complexidade do termo. Em busca de uma definição, Mollat procura identificar os limites em que a precariedade se transforma em miséria, distinguindo pelo menos três limites: o limiar biológico, o econômico e o sociológico. O limiar biológico é ultrapassado quando não se

possui condições mínimas de saúde e de sobrevivência. O limiar econômico, assentado nas possibilidades de abastecimento, troca, posse de dinheiro e pagamento de tributos. O limiar sociológico cria, conforme o autor, a desclassificação. (Mollat, 1989)

O pobre verdadeiro era aquele que permanecia membro de um grupo, vivendo com os escassos recursos de seu trabalho humilde. O errante, o mendigo, o desclassificado seria um rebelde, um disseminador da desordem ou um propagador de epidemias. Assim se haviam estruturado os personagens do deficiente e do pobre, cujos traços familiares transparecem quase estereotipados, nos textos e na iconografia... A nudez significa a indigência total; a magreza exprime sua fome; as úlceras, as deformidades e o bastão traduzem as deficiências fisiológicas; a presença do cão evoca a ausência de companhia humana, enquanto o número de mendigos representa a multidão dos pobres. Esses detalhes iconográficos correspondem, em geral, às expressões e termos utilizados por cronistas, hagiógrafos, pregadores e cartas para designar, às vezes de modo fugidio, o pobre e suas misérias. (...) O pobre anda sempre descalço, embora esteja frequentemente em movimento, isolado ou em grupo; mas fica à porta, ou seja, à entrada das cidades, à soleira dos mosteiros e castelos. (MOLLAT 1989, p. 63-64).

Os “falsos pobres” seriam aqueles enfeitados sociais, categoria na qual incluem-se os potencialmente criminosos que, ao negar a família, o Estado, as leis e a sociedade, ingressavam na trilha da heresia, da criminalidade ou da subversão. Apesar disso, a fronteira entre a pobreza integrada na sociedade para a marginalidade era facilmente transposta. Nestes casos, as cidades, como as florestas, atraíram os marginalizados, Mollat (1989).

O historiador Bronislaw Geremek (1995) destacou diferentes tipos de miseráveis encontrados e descritos na literatura da época medieval tais como o vagabundo, o vigarista, o andarilho e o mendigo. Todas estas denominações possuem, em comum, o fato de referirem-se a indivíduos reconhecidos como um “amalgama social de fatores negativos”, ou seja, um conjunto de pessoas de diferentes origens, misturadas e sem “nenhuma qualidade”.

Geremek reconhece a variedade conceitual e semântica a que a expressão pobre/pobreza está atrelada. Sua análise procura traçar um “esboço das questões que podem ser consideradas elementos indispensáveis para uma interpretação histórica da imagem do pobre e do vagabundo. “ (Geremek, 1995:18). O autor fundamenta seus estudos no exame textual de histórias sobre mendigos que servem de “espelho” para descrever a sua condição social em cada período.

“Nessas diferentes situações e ao longo do tempo, o modelo do pobre apresentado pela literatura e a sua tipologia sociológica variam bastante. Ora se trata de um mendigo humilde que encontra na renúncia a satisfação moral, ora de um filósofo que vê na pobreza uma condição para o cultivo da reflexão independente. Por vezes o pobre é um miserável, vítima de reações RAÇÕES sociais, a quem a necessidade empurrou para as práticas infames. \_ (...) A longa permanência dos principais traços da imagem do pobre na literatura européia está relacionada com o valor negativo que a sociedade atribui a essa imagem” (Geremek, 1995:7-9).

A sociedade da época está referenciada a uma lógica de relações sociais hierarquizadas, baseadas na religião e na nobreza medieval. Estes componentes sociais são responsáveis pela construção de um discurso e uma atitude em torno da pobreza (e da miséria) muito bem circunstanciada.

(...) caráter menos geral e mais ambivalente tinham as atitudes perante a miséria. Todavia a pobreza era um valor proclamado e afirmado pelo cristianismo (...). Entretanto não se deve obrigatoriamente interpretar as louvações à pobreza como sinal de uma valoração positiva do mundo da miséria. A miséria voluntária era um estado digno de elogio, enquanto a miséria por necessidade era moralmente condenada. A sociedade urbana produziu argumentos para uma valoração social da riqueza e para que esta pudesse ser tratada como um sinal da graça de Deus. Consequentemente a miséria constituía a prova da falta da ajuda divina e talvez até da sua ira. No plano societário, o pobre era tratado como alguém que subvertia a ordem social e era socialmente perigoso. (Geremek, 1995:10)

Sua abordagem perpassa a análise literária e documental em vários países da Europa, como Alemanha, França, Itália, Espanha e Inglaterra. Ele descreve o fenômeno do pobre e do vagabundo como uma presença universal na consciência e na imaginação literária.

O contexto social que Geremek analisa refere-se a uma Europa ainda fragmentada, marcada pela devastação sociodemográfica causada pela peste negra e pelo colapso da estrutura feudal, crise ideológica da Igreja e guerras. É importante registrar que, neste período, uma ascendente classe de burgueses enriquecia, principalmente com o comércio nas novas colônias. Não havia trabalho para todos e, mesmo os que trabalhavam, ganhavam remunerações irrisórias, muitas vezes, insuficientes para a sua subsistência.

O autor descreve o processo de pauperização como um fenômeno social que advém dos processos de empobrecimento e rebaixamento de classe no período de expansão do capitalismo das cidades. As limitadas possibilidades de absorção das cidades tornaram comuns as massas de miseráveis. Porém, ele

sinaliza que a prevalência da mendicância é anterior ao fenômeno da pauperização e urbanização.

Massas esfomeadas de miseráveis dirigiam-se para lá, enchendo as praças e ruas, e quando encontravam as portas fechadas ficavam esperando ajuda ao pé das muralhas, contando com a comida, o leito ou a esmola de um passante \_ (...) a idéia de pobreza relacionada a dogmas cristãos é superada nesta fase da Idade Média dando lugar a uma imagem da miséria como uma praga social e do pobre como uma figura perigosa para a ordem pública. (Geremek, 1995:20 -22)

As representações literárias expressas na “psicologia do vagabundo” descrevem três tipos fundamentais: *o mendigo* ou *vagabundo perigoso* (a aversão ao trabalho e a dependência ou a subalternidade eram motivações mais frequentes nesse quadro); *o personagem ridículo (outsider)*; o homem dirigido pelos outros - *other-directed* - (privado de personalidade própria, um homem que sucumbia às más influências). (Geremek, 1995: 306)

Segundo Geremek, o modo de vida dos vagabundos excluía a estabilidade como fundamento de uma vida digna. O traço principal mais frequente desse modo de vida era a condição de “sem domicílio fixo”.

A Igreja teve importantes e diferentes papéis nesta época, seja de “valoração dos pobres como preferidos de Deus”, seja no destaque da caridade como virtude fundamental, seja no apoio a Ordens Mendicantes.

As Ordens religiosas Mendicantes tinham por norma que seus membros não possuíssem bens em comum, tendo como princípio uma vida calcada na pobreza individual. Estas regras, votos de pobreza, de um modo geral, faziam parte das demais Ordens religiosas.

Entretanto, era permitido às Ordens Mendicantes o direito à mendicância nos lugares públicos. Exerciam atividades caritativas e pastorais. Seus frades praticavam a pregação nas cidades. Estas Ordens, como as demais na sociedade medieval, tinham como fundamento uma organização profundamente hierarquizada, além de desfrutarem do direito da isenção dos tributos.

Apesar das perseguições (em função da popularidade), por ocasião da Contra-Reforma, as Ordens Mendicantes foram de grande utilidade apostólica e evangelizadora. O crescimento das Ordens no século XVI, entretanto, não significou uma aceitação plena da mendicância. Em outro extremo, a Igreja passa a condenar a mendicância profissional e o uso da farsa e da simulação como

subterfúgio para conseguir esmolas, momento em que outras práticas, como o furto e o roubo tornam-se mais presentes em função das transformações socioeconômicas vivenciadas pela Europa a partir do processo de industrialização.

Com o advento do capitalismo, configuram-se na Europa gradações em termos de desenvolvimento econômico. Nos países com menor desenvolvimento, os andarilhos e mendigos permanecem por mais tempo como objeto da ação caritativa da Igreja. Nos países onde este processo foi mais contundente, surgiu uma categoria constituída por pessoas não absorvidas pelo mercado de trabalho ou excluídas do processo de produção: o *lupemproletariado*. Esses “sobrantes” passariam a ser objeto de ações tanto repressivas como de atendimento público por parte do Estado.

## 2.2

### Pobreza e mendicância no Brasil colonial

No Brasil, podemos citar como referências à pobreza e aos mendigos no século XIX, as obras do historiador Walter Fraga Filho: *“Mendigos Moleques e Vadios na Bahia”* e de Laura de Mello e SOUZA, *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*.

Souza (1982) inicia sua pesquisa sobre a pobreza no Brasil colonial a partir da atividade mineradora do século XVIII. Neste estudo, busca compreender os processos que envolvem e determinam a desclassificação social<sup>1</sup>: “O desclassificado social é um homem livre pobre – frequentemente miserável -, o que, numa sociedade escravista, não chega a apresentar grandes vantagens com relação ao escravo.” (Souza, 1982:14).

Segundo a historiadora, neste período: “(...) os viajantes traçaram o retrato trágico de homens miseráveis que vegetavam nas fimbrias do sistema, voltados para uma agricultura de subsistência mesquinha e esporádica que, muitas vezes, mal conseguia impedir com que morressem de fome” (Souza, 1982:71).

---

<sup>1</sup> Como seu objeto de análise insere-se no período colonial ou, melhor dito, numa realidade histórica diversa daquela da industrialização capitalista, a autora optou pela utilização do conceito de classificação social, para o qual há como reverso, ou contraponto, a desclassificação em uma sociedade estamental.

"Na mineração, como de resto em qualquer atividade primordial da colônia, a força de trabalho era basicamente escrava, havendo, entretanto os interstícios ocupados pelo trabalho livre ou semi-livre. Se, por um lado, o forro, o miserável no mais das vezes, é facilmente passível de ser reescravizado por indivíduos que, nesse sistema, não chegam a ser excessivamente escrupulosos. Por outro, uma vez livre, o peso desclassificador da estrutura econômica e das superestruturas de poder o empurram para as fimbrias da sociedade, onde passa a vegetar, na impossibilidade de colocar sua força de trabalho no mercado. O sistema que o engendrou o deixa, simultaneamente, sem razão de ser". (SOUZA, 1982, p.68.)

Impedido de fazer parte da ordem social de uma forma que não fosse na condição de escravo, negros libertos e desclassificados se vêem na possibilidade de construir sua inserção nos espaços da anti-ordem. Assim, foi sendo construída toda uma "ideologia da vadiagem" e da "humanidade inviável". Souza prossegue sua análise, descrevendo este processo:

"À perplexidade do homem livre pobre e constantemente desclassificado, a camada dominante opôs um corpo bastante organizado de formulações cujas raízes lançam seus frutos ainda hoje, pois foram incorporadas e reelaboradas pela nossa tradição autoritária. Em síntese, a camada dos homens pobres era tida como uma outra humanidade, inviável pela sua indolência, pela sua ignorância, pelos seus vícios, pela mestiçagem ou pela cor negra de sua pele; habitantes de uma terra rica e farta, esses homens nada faziam para dela conseguir frutos; poderiam viver de expedientes e esmolas, descurando do futuro, repudiando as formas permanentes da atividade econômica e abraçando um modo de vida itinerante e imprevidente". (SOUZA, 1982)

Da mesma forma, as instruções da Colônia, os autos do Santo Ofício, as narrativas dos viajantes e os relatos historiográficos compuseram e sedimentaram as representações sociais sobre negros africanos e seus descendentes como “seres portadores de uma condição inferior”, como “não-seres-humanos” sujeitos à degradação em todos os níveis de existência e sociabilidade.

Para Fraga Filho (1979), a partir dos registros de instituições (religiosas, hospitalares e jurídico-policiais) e dos jornais da época, analisa os pobres e libertos da cidade de Salvador. Descreve a mendicância como uma alternativa de sobrevivência mais ou menos instituída e legitimada da época. Ao examinar o que representava o termo “vadiagem”, acaba por defini-lo a partir de duas dimensões: ociosidade e itinerância.

A ociosidade, de acordo com os discursos instituídos, caracterizava as pessoas pela ausência de vinculação senhorial, pela irregularidade ou a

descontinuidade do trabalho: eram pescadores, marinheiros, estivadores, ambulantes ou, simplesmente, mendigos.

O segundo componente da vadiagem, a itinerância, configurava-se através de uma sociedade baseada em relações pessoais, na qual “pôr o pé na estrada” ou “vagar por vilas e cidades”, sem laços de dependência, significava situar-se fora da ordem estabelecida.

“A vida itinerante dava ao homem livre pobre um sentimento de autonomia, que era visto como inconveniente às relações sociais e de poder existentes. Os vadios violavam a ordem patriarcal, segundo a qual todo homem devia ter seu lugar, sua família, seu senhor”. (Fraga Filho, 1996: 79).

Ainda segundo Fraga F<sup>o</sup>, tanto os arquivos institucionais, como os relatos de viajantes e a imprensa da época registravam centenas de jovens e crianças que viviam nas ruas da cidade de Salvador, como consequência da orfandade, do abandono ou da fuga do convívio familiar. A vida na rua era, por um lado, uma alternativa à ausência de perspectivas para esse contingente que descendia de negros pobres e livres.

Além disso, significava a libertação das funções subservientes e serviços nos sobrados ou da subordinação aos “mestres de ofício”. Essas duas instituições destinadas aos jovens pobres e negros guardavam completa fidelidade à ordem escravista: na relação de pertencimento a um senhor, no disciplinamento corporal e na exploração não-remunerada do trabalho.

## 2.3

### **Estudos recentes: ampliação conceitual e incorporação de novas categorias analíticas**

No século XX e início do século XXI, a população de rua (até então designada ainda como mendigos) passa a ser um personagem do cotidiano das grandes cidades. No Brasil, destacamos o estudo realizado por Stoffels, na década de 70, que teve como objeto de pesquisa os “mendigos da cidade de São Paulo”.

Tendo como referencial teórico para esta análise uma aproximação do conceito de *lupemproletariado*, Stoffes indica que o grupo de mendigos é duplamente residual. Esclarece que, por não vender mais sua força de trabalho,

uma parte passa a constituir um peso morto do exército de reserva e outra continua intermitente ou regularmente desempenhando atividades informais. Compreende a complexidade da então mendicância em duas dimensões: o mendigo em sua constituição enquanto sujeito histórico e a relação da mendicância com a ideologia dominante.

Na tentativa de construção do conceito de mendicância, a autora examina uma série de discursos “científicos” relacionados às seguintes dimensões: jurídica, criminológica, psiquiátrica e psicológica.

Apesar de apoiar-se no discurso científico, esse conjunto de dimensões tem como denominador comum uma perspectiva extremamente moralizante. As tendências de caracterização moral do mendigo parecem ter origens e fundamentos particularmente ligados às ideologias de cunho religioso e estruturam-se, basicamente, em torno de um mesmo núcleo: a “responsabilidade moral do indivíduo.” (Stoffels, 1977, p.32).<sup>2</sup>

Para a autora, a população de rua amplia duas outras concepções mais usuais: o vadio que pede esmola (concepção da formação passiva da dádiva) e o marginal ou indivíduo em vias de marginalização que só sobrevive pedindo (concepção do pedinte como mero efeito de estrutura).

As difíceis conjunturas econômicas das décadas de 1970 e 1980 sobre as quais a autora faz referência em sua pesquisa deixaram parcelas significativas de trabalhadores desempregados, alijados do mercado de trabalho formal. São pessoas que passaram a exercer atividades instáveis e de baixa remuneração e principalmente desprovidos de uma moradia fixa, oscilando entre pensões, albergues e as ruas. O estudo pioneiro de Stoffels só foi seguido, anos mais tarde, por uma série de outros autores, que passaram a considerar os novos fenômenos envolvendo o aumento da população nas ruas.

Um primeiro estudo a ser destacado é a pesquisa realizada em São Paulo pela Secretaria Municipal do Bem-Estar Social intitulada: “*População de rua: que é? Como vive e como é vista?*” (1992), no qual se apontava que, na cidade de São

---

<sup>2</sup> Na tradição católica, o princípio da caridade apresentava uma posição ambígua. Sempre houve reconhecimento do mérito da caridade quanto à mendicância “voluntária”, ou seja, o caso dos mendigos que pediam para fins de mera sobrevivência. Mas houve sempre recriminação à mendicância “profissional”, com caráter simulador, utilizado para enganar outrem. Entretanto, a posição preferencial ao longo da história da Igreja Católica foi de defesa do mendigo, realçando seu caráter não-perigoso, em oposição aos estigmas imputados de “refratário ao trabalho útil” e “criminoso”. Neste caso, havia o caráter funcional de evitar os atributos que seriam suscetíveis de serem aplicados ao burguês, cristão, ocioso e enganador.

Paulo, até aquele momento, não havia políticas consistentes no âmbito das secretarias municipais e estaduais dirigidas à população de rua. Este trabalho rompeu com o paradigma clássico da “vagabundagem”, ao apresentar um perfil de trabalhadores em “situação de desemprego e subemprego”. Tal perspectiva contrariava a visão corrente na sociedade, que concebia a população de rua como desocupada.

Esta mesma pesquisa apontava dois fenômenos novos: de um lado, o aumento da drogadição, para além do “clássico alcoolismo”, que acompanhava tradicionalmente a presença dos mendigos nas ruas, dada a introdução do “crack”. De outro, o início da organização social dos moradores de rua através de um movimento coletivo, organizado em articulação com a luta pela terra do Movimento dos Sem Terra (MST). Cabe mencionar que as organizações da população de rua vêm se constituindo como um elemento que contribui para a recuperação da dignidade pessoal e do sentimento de pertencimento à coletividade.

No Rio de Janeiro, analisamos a pesquisa realizada por Sarah Escorel, (1999) que teve como objetivo “uma reflexão teórico-crítica sobre o desvendamento da lógica interna destes sujeitos à luz do conceito de exclusão”. De modo empírico, este estudo apresentou dados sobre o estilo de vida, as escolhas e os sentimentos dos “moradores de rua”. Para a autora, a maioria dos moradores de rua é composta por homens sós, sem convivência permanente com o grupo familiar. O distanciamento da unidade familiar e o rompimento de laços e referências que os vinculam à sua comunidade conduzem-nos a uma experiência de isolamento. O isolamento é uma característica geral da população que habita as ruas, conferindo-lhes o significado existencial de “não ter um lugar no mundo” (Escorel, 1999, p.166).

Para a autora, os moradores de rua devem estar onde podem suprir suas necessidades. Por isso mesmo, elaboram suas territorialidades em virtude do que lhes permite minimamente garantir a sobrevivência nas ruas. A respeito dessa questão, Escorel esclarece:

“Dentre os fatores que interferem na constituição e estabilidade dos grupos de moradores de rua encontram-se intrinsecamente associados o tecido relacional interno ao grupo e o espaço urbano ocupado, sua territorialidade. Os grupos estabelecem um cotidiano onde são compartilhadas estratégias de sobrevivência fisiológicas e rendimentos (o produto da esmola, alimentos, informações sobre

locais propícios ao pedido, repouso, obtenção de documentos e assistência em geral), por sua vez, condicionadas ao tipo de espaço urbano ocupado. A população de rua distribui-se na geografia das cidades segundo as possibilidades de obtenção de rendimentos e de resolução de suas necessidades básicas. Entre estas, verifica-se que, num primeiro momento, segurança e cobertura (abrigo ou teto) são os principais requisitos. Em seguida, para sobreviver nas ruas, os locais são escolhidos segundo as possibilidades de oferta de água, alimentos e/ou doações e rendimentos. O mais difícil é conseguir um local onde possam de maneira regular tomar banho, lavar a roupa e limpar seus pertences. A dificuldade de acesso à água e à higiene é relativamente homogênea em todo o território urbano'. (Escorel, 2000, p. 147)".

É importante considerar que este fenômeno não se restringe aos chamados países de Terceiro Mundo. Verifica-se igualmente uma preocupação crescente com os “*homeless*” nos EUA e Inglaterra; com os “*sem domicilio fixo*” (SDF) no Canadá e na França. O historiador Hobsbawm indica a existência de “pessoas sem teto” como resultado do crescimento econômico, em que muitos dos países ricos e desenvolvidos se vêem novamente acostumando-se com a presença de desabrigados.

“O reaparecimento de miseráveis sem teto é parte do impressionante aumento das desigualdades, social e econômica, da nova era. Pelos padrões mundiais, as ricas economias de mercado desenvolvidas “não eram - ou ainda não eram particularmente injustas na distribuição de sua renda”.(Hobsbawm, 1995: p. 396).

Nos Estados Unidos, Snow e Anderson (1998) realizaram um estudo de caso sociológico a respeito de uma “*sub-cultura de vida de rua*” entre os adultos que viveram ou passaram por Austin-Texas, entre 1984 e 1986. Este estudo destaca três dimensões do desabrigo: uma dimensão residencial, uma dimensão de apoio familiar e uma dimensão de valor moral e de dignidade pessoal. Como primeira dimensão, indica a “ausência de condição de moradia convencional permanente”. A segunda dimensão diz respeito aos “laços familiares e às redes sociais”, ou seja, a ligação entre indivíduo e sociedade; o terceiro traço distintivo do desabrigo é o “grau de dignidade e de valor moral”.

Além disso, esta obra desenvolve uma tipologia do “povo de rua” baseada em três critérios: estilos de vida, aspectos cognitivos e tempo de vida nas ruas. Daí constrói oito categorias: recém-deslocados, vacilantes regulares, vacilantes irregulares, andarilhos tradicionais e andarilhos hippies, mendigos tradicionais e mendigos *redneck* (tipo regional do sul do EUA), e ainda doentes mentais.

Os autores constatarem que, quanto maior o tempo de permanência nas ruas, mais difícil é a possibilidade de se afastarem delas. O modo de vida nas ruas é altamente padronizado e pouco mudou em sua essência: os serviços que lhe são prestados continuam de natureza emergencial e a visão dominante continua a perceber suas condições de vida como “patológicas” ou como “resultado de deficiências individuais”.

As perdas acumuladas e as deficiências encontradas são classificadas por Snow e Anderson (1998) em quatro categorias de déficits que (de) limitam a vida dos moradores de rua: deficiências físicas e mentais, falta de capital humano<sup>3</sup>, recursos materiais e de margem social.<sup>4</sup>

Concluindo este capítulo inicial, podemos observar que, embora a nomenclatura e obviamente a conjuntura econômica e social tenham sofrido modificações brutais, configura-se como uma constante nas grandes cidades o fato de pessoas habitarem as ruas. A Revolução Industrial gerou desenvolvimento, progresso e uma gama de miseráveis. A revolução tecnológica, do mesmo modo que nos assombra com suas maravilhas, está gestando o seu quinhão de aumento da miséria.

Na atualidade, o termo mendigo tecnicamente evoluiu para “moradores de rua ou moradores em situação de rua”. No campo moral, ou seja, dos valores sociais atribuídos a esta população permanecem antigos conceitos e designações associados à vadiagem, vagabundagem, marginalidade, periculosidade. Assim, permanecem como designações:

O *Vagabundo*: sem trabalho, quando o morador de rua perde sua dignidade pessoal. Em pesquisas em que o trabalho adquire papel central na conformação da identidade dos indivíduos, as pessoas em situação de rua, mesmo aquelas que desenvolvem atividades informais, são comumente consideradas improdutivas, inúteis, preguiçosas e vagabundas. (MATTOS, 2003)

---

<sup>3</sup> Pode ser pensado em termos do que cientistas sociais que estudam o processo de trabalho chamam de capital humano: atributos adquiridos que salientam o valor de um indivíduo na força de trabalho, tal como a educação, aptidões ocupacionais ou experiência profissional. ( Snow e Anderson , 1998, pg.443)

<sup>4</sup> A margem social é composta da boa vontade das pessoas dentro do âmbito de influência do ator, e do tempo, crédito ou dinheiro que estão dispostas a dedicar para assisti-lo, se surgir a necessidade. Os pares de rua têm pouca margem social para partilhar e os empregadores, mesmo quando contratam os moradores de rua, podem não estar dispostos a lhes dar muito espaço para erro. (Snow e Anderson , 1998, pg.447-448)

*O Louco*: faz parte do "discurso psiquiátrico que os identifica como "doentes mentais" ou "desviantes sociais". Este conteúdo, difundido no senso comum, assume que a mendicância pode ser considerada, de modo geral, "como gênese e produto de distúrbios de personalidade, doenças mentais ou psicopatia..." A caracterização das pessoas, em situação de rua, como anormais, carrega em si a comparação com uma "normalidade" vista como forma legítima de vida na sociedade (Stoffels 1977, p. 262).

*O Sujo*: segundo a autora Magni, (1994), a clássica descrição dessas pessoas como "arquétipo do fedor" é um exemplo claro desta estigmatização.

*O Perigoso*: presente nos "discursos ideológicos" que rotulam as pessoas em situação de rua, o "discurso jurídico" e "criminológico" as apreende como "perigosas" e "criminosas". O conjunto de medidas da esfera jurídica fundamenta-se na concepção de responsabilidade do vagabundo, que equivale na realidade, a um preconceito em relação ao indivíduo pobre, visto como ocioso e perigoso para a ordem social (Stoffels 1977).

*O Coitado*: seria aquela imagem relacionada comumente ao "discurso religioso", no qual o morador de rua é alvo de piedade e detentor de um status inferior. Para Mattos, além de ser uma crença que dificulta a criação de possibilidades para estes indivíduos conquistarem suas saídas das ruas, é uma visão que favorece ações meramente assistencialistas e paliativas, o que, provavelmente, tende a manter o problema. (MATTOS, 2003)

A sociedade marginaliza a população de rua porque entre outros constitutivos ela não corresponde ao sucesso ou ao êxito individual, atributo no qual a sociedade contemporânea se baliza. Cabe observar que a perspectiva de oportunidades ao alcance de todos remete a uma rejeição do desamparo também como condição humana. Neste cenário são produzidas representações identitárias que se reconhecem e reconhece o outro a partir prioritariamente da localização social e econômica.